

Segurança Marítima e Geopolítica: A Operação Earnest Will e a Projeção de Poder dos Estados Unidos no Golfo Pérsico

Amanda Neves Leal Marini¹

RESUMO

Este estudo analisa a dimensão naval da Guerra Irã-Iraque (1980–1988) no contexto geopolítico, explorando as interseções entre segurança marítima e energética. A hipótese central propõe que a Operação Earnest Will (1987–1988) representou um passo decisivo na consolidação da hegemonia norte-americana no Golfo Pérsico, antecipando as estratégias que seriam aplicadas na Guerra do Golfo (1990). Por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, conclui-se que a operação não apenas garantiu a continuidade do fluxo de petróleo, mas também fortaleceu a projeção de poder dos Estados Unidos na região. O estudo evidencia como rivalidades históricas, religiosas e geopolíticas no Oriente Médio foram instrumentalizadas por interesses globais, reafirmando o papel estratégico do Golfo Pérsico na estabilidade energética e na dinâmica do poder internacional.

Palavras-chave: Estados Unidos; Guerra Irã-Iraque; Golfo Pérsico; Operação Earnest Will.

1 Doutoranda e mestre em Ciências Militares pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos, vinculado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com um status significativamente alterado. O país consolidou-se como uma potência não apenas política, mas também econômica e militar, refletindo uma trajetória iniciada ao final da Primeira Guerra Mundial. Nesse novo contexto, impulsionados pelo desejo de assegurar novas fontes energéticas, estreitamente ligadas ao desenvolvimento, os Estados Unidos implementaram sucessivas doutrinas de política externa, com foco especial na região do Oriente Médio, rica em hidrocarbonetos, visando angariar os seus objetivos. O termo “doutrina” refere-se a um discurso amplo e estruturado, como o The State of the Union Address (SOTU), proferido anualmente pelo presidente norte-americano. Esses discursos delimitam a visão estratégica para a segurança nacional, estabelecendo continuidades ou alterações na política externa do país (MICHAELS, 2011, p. 470).

Halliday (2005, p. 124-125) destaca que estas doutrinas presidenciais buscaram, em diferentes momentos, proteger os interesses específicos de Washington no Oriente Médio, traduzidos, a grosso modo, como o controle de jazidas e reservas petrolíferas e de gás natural. Contudo, estes recursos não estão abundantes homogeneamente na localidade, sendo majoritários na posição banhada pelas águas do Golfo Pérsico. Sobre as doutrinas supracitadas, destacam-se a Doutrina Truman (1947) aplicada também na defesa dos interesses ocidentais na Turquia e no Irã; a Doutrina Eisenhower (1957) que visou tranquilizar os aliados árabes após a Crise de Suez, a Doutrina Kennedy (1961) que promoveu reformas sociais no Irã e no Egito, com o objetivo de prevenir revoluções. Além do mais, destaca-se a Doutrina Nixon (1969) que introduziu a Estratégia dos Dois Pilares², delegando a manutenção da segurança no Golfo Pérsico ao Irã e à Arábia Saudita, assegurando o acesso ocidental ao petróleo. Finalmente, a Doutrina Carter (1980) foi formulada para proteger os interesses norte-americanos no Golfo Pérsico em resposta às crescentes ameaças na região e instabilidades sobre o acesso aos recursos energéticos. Isto posto,

2 A Doutrina dos Dois Pilares constituiu uma das principais estratégias de política externa dos EUA no Oriente Médio durante a Guerra Fria, visando estabilizar a região por meio do apoio a dois aliados principais: o Irã e a Arábia Saudita. Essa abordagem tinha como objetivo conter a expansão da influência soviética, assegurando que ambos os países atuassem como contrapesos a movimentos com orientações socialistas ou comunistas. O apoio militar dos EUA ao Irã, que perdurou até 1979, com a venda de armamentos avançados, foi uma parte crucial dessa doutrina, refletindo a importância estratégica do país para os interesses americanos no Oriente Médio (ALVANDI, 2012).

as doutrinas presidenciais articulam princípios amplos de segurança nacional, identificando ameaças percebidas e estratégias para enfrentá-las. No entanto, essas diretrizes frequentemente refletem concepções limitadas de segurança, criando condições que podem gerar crises ao ignorar eventualidades fora de seus interesses imediatos (BADIE, 2011, p. 213).

A relevância do Golfo Pérsico estava intrinsecamente ligada ao papel central da região no mercado mundial de petróleo. Desde a Doutrina Truman, os Estados Unidos haviam determinado que o Golfo não deveria cair sob influência de potências hostis. Neste cenário, a Revolução Iraniana de 1979 alterou drasticamente todo este modelo e cenário (YERGIN, 2011, p.168). Como aponta Coggiola (2008, p.143) a Revolução Islâmica no Irã, alterou decisivamente o equilíbrio político do Oriente Médio, e se projetou como um poderoso fator de crise política mundial. Ademais, é a única revolução islâmica do século XX a ter derrubado um regime secular e estabelecido um regime teocrático, perdurando até os dias atuais, há mais de 45 anos. Além disso, é considerada uma das maiores revoluções da História, comparável à Revolução Francesa, Russa e Chinesa (DEMANT, 2022, p.231). Esse evento constituiu um dos mais severos desafios à preponderância dos Estados Unidos na região. A ascensão de um regime teocrático xiita que se opunha abertamente às influências ocidentais não apenas reconfigurou o equilíbrio de poder na região, com o rompimento da Estratégia dos Dois Pilares, mas também gerou um ambiente de incerteza que reverberou nas políticas de segurança e defesa dos Estados Unidos. Assim, com o caráter anti-imperialista e antiestadunidense das manifestações vindas de Teerã, Washington se viu compelido a lidar com a perda de um de seus principais aliados geoestratégicos. A situação exigiu uma reavaliação da sua postura regional, evidenciando a fragilidade de suas alianças (COGGIOLA, 2008; POLLACK, 2004. PADOVAN, 2010).

Do ponto de vista das relações internacionais, e da política mundial dos Estados Unidos, o Ocidente perdera um de seus mais importantes peões do Oriente Médio. Com seus 2.600 quilômetros de fronteira com a URSS, o Irã era uma base ideal para os sofisticados aparelhos americanos de acompanhamento eletrônico das atividades militares e espaciais soviéticas.

Mais do que isso, o Irã era uma fonte vital de petróleo para a Europa, Japão e Estados Unidos. E, para completar, empenhava-se de bom grado na missão de policiar o estratégico Golfo Pérsico (COGGIOLA, 2008, p.80-81).

Com uma extensa fronteira com a União Soviética, o Irã era uma base estratégica tanto para o monitoramento militar e espacial soviético quanto para o abastecimento de petróleo das economias ocidentais. A situação agravou-se com o aumento da tensão regional após a invasão soviética ao Afeganistão, levando os EUA a intensificarem suas preocupações com a segurança das jazidas petrolíferas da região. Em síntese, desde o Primeiro Choque do Petróleo (1973/74) até a Revolução Iraniana e a invasão do Afeganistão pela União Soviética, em 1979, os Estados Unidos passaram a priorizar ainda mais o acesso ao petróleo regional. A invasão soviética foi interpretada pelo Pentágono como uma ameaça grave à livre circulação do petróleo na região, especialmente pelo fato de a União Soviética estar a apenas 300 milhas do estratégico Estreito de Ormuz, por onde passava cerca de dois terços do petróleo mundial (SKIDMORE, 1994, p.723).

Nesse cenário, as incertezas e instabilidades locais reinaram até que entre 1987 e 1988, o conflito entre Irã e Iraque se expandiu para as águas do Golfo Pérsico quando Teerã passou a atacar navios petroleiros, principalmente do Kuwait, para bloquear as exportações iraquianas. Em resposta, os EUA intervieram escoltando navios mercantes, neutralizando minas marítimas, coletando inteligência e realizando ações ofensivas contra alvos iranianos, o que ficou conhecido como Operação Earnest Will. Essa atuação se baseava na Doutrina Carter, resultado das preocupações em relação aos recursos energéticos locais, que defendia a proteção das rotas de petróleo do Golfo, vitais para a economia dos EUA. A operação reafirmou a presença militar americana na região após a perda do Irã como aliado, sendo marcada pelo reforço da 5ª Frota e pela ampliação da infraestrutura militar.

Isto posto, neste artigo, investiga-se de que maneira a Operação Earnest Will pode ser interpretada como uma preparação para a eclosão da Guerra do Golfo de 1990, no que se refere à consolidação da preponderância dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. O objeto de estudo centra-se nos aspectos da política externa norte-americana para a região, com foco nas decisões e ações estratégicas adotadas ao longo dos anos 1980, as quais

pavimentaram o caminho para uma intervenção militar mais contundente no início da década seguinte.

O objetivo central da pesquisa é analisar o caráter histórico e político da Operação Earnest Will, ressaltando suas implicações para o equilíbrio regional e seu papel na articulação e consolidação da influência norte-americana no Oriente Médio. Parte-se da hipótese de que, ao proteger as rotas de petróleo e garantir a livre navegação diante das ameaças impostas pela guerra entre Irã e Iraque, os Estados Unidos fortaleceram sua presença estratégica na região, e essa operação consolidou-se como uma variável decisiva nos desdobramentos militares e geopolíticos que culminaram na Guerra do Golfo, evidenciando a interconexão entre os dois conflitos armados.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa, combinando o estudo de caso com o método histórico. Foram analisadas fontes primárias — como os discursos do State of the Union (1980), as National Security Directives 26 e 45, e as Resoluções 540 (1983), 582 (1986) e 598 (1987) do Conselho de Segurança da ONU — e secundárias, levantadas por meio do método do Estado da Arte. O estudo de caso, conforme definido por Gerring (2007), permite uma análise profunda de um fenômeno historicamente e geograficamente delimitado, enquanto George e Bennett (2005) destacam seu valor na compreensão de aspectos específicos de episódios históricos complexos.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se não apenas por seu caráter interdisciplinar, articulando saberes das Relações Internacionais, da História Militar e da Geopolítica, mas também por oferecer uma análise aprofundada e original de um episódio muitas vezes marginalizado nos estudos sobre os conflitos do Golfo. Ao enfatizar a dimensão naval e os mecanismos de projeção de poder norte-americano na década anterior à Guerra do Golfo, o artigo contribui para o entendimento das estratégias de longo prazo adotadas por Washington na consolidação de sua hegemonia regional.

II DESENVOLVIMENTO

Antecedentes históricos

A Revolução Iraniana também se configurou como um dilema para o então empossado regime iraquiano de Saddam Hussein que via

o Irã como uma ameaça a ser contida. Ao longo dos séculos, tanto a cultura árabe quanto persa estabeleceram contatos, trocas, embates e divergências. Desse modo, as disputas territoriais têm sido uma constante na História desta região milenar, principalmente, entre estes povos (CATHERWOOD, 2006, p.30). No entanto, a tensão religiosa e étnica emergiu como um elemento significativo para compreender os conflitos contemporâneos, especialmente durante o período republicano no Iraque, e pela intensificação da questão da demarcação do Shatt al-Arab. Em 1969, o Xá Reza Pahlavi tentou impor uma alteração na fronteira, propondo que esta fosse definida pelo talvegue³ do rio, em vez de seguir a margem esquerda do corpo d'água. Assim, as divergências sobre a demarcação deste canal tornaram-se um fator persistente de instabilidade nas relações diplomáticas entre os dois países (BRITO, 2014, p.81).

Neste ensejo, em 1975, foram assinados os Acordos de Argel, um tratado entre o Irã e o Iraque destinado a resolver as disputas territoriais entre os dois países. O acordo visava encerrar os conflitos relacionados às fronteiras na via navegável do Shatt al-Arab - a localidade onde os rios Tigres e Eufrates convergem e um dos canais mais importantes do Oriente Médio - e nas regiões limítrofes, especialmente na região de Basra, ao sul do Iraque (GALBRAITH, 2007). Entretanto, em 17 de setembro de 1980, Saddam Hussein revogou e anulou, unilateralmente, este tratado, alegando questões que tangem à Soberania e Defesa, e a necessidade de se lutar pelas reivindicações territoriais. A questão do acesso a canais navegáveis e ao mar, viabilizada pelo Shatt al-Arab, é de suma importância para o Iraque, que teve seu acesso ao litoral, praticamente, restringido devido ao desenho artificial de suas fronteiras pela Inglaterra e também com a independência artificial do Kuwait, em 1961. Além disso, a região é rica em recursos naturais, abrigando significativos campos de petróleo, especialmente, nas proximidades de Basra, que se destaca como um dos principais centros de produção de petróleo do país. Assim, a via navegável do Shatt al-Arab é crucial não apenas para o transporte de petróleo e produtos petroquímicos, conectando o Iraque ao Golfo Pérsico, mas também para a pesca, que desempenha um papel vital na economia local (TARIQ, 2003). Desse modo, a questão territorial, fronteiriça e energética emerge como uma das variáveis mais significativas para a eclosão da Guerra Irã-Iraque (1980-

3 O talvegue do rio é a linha que conecta os pontos mais baixos do leito de um rio, ou seja, é a parte mais profunda do canal fluvial. Essa linha é importante para determinar o curso da água e a dinâmica dos rios, além de influenciar na erosão e deposição de sedimentos.

1988). A disputa por áreas estratégicas e recursos naturais intensificou as tensões entre os dois países, contribuindo decisivamente para o conflito.

Outro aspecto relevante deste conflito é a questão religiosa e ideológica, destacando-se a animosidade de Saddam Hussein em relação ao Aiatolá Khomeini⁴. Khomeini viveu por 14 anos exilado em Najaf⁵, no Iraque, e foi expulso em 1978 por Saddam, que na época ocupava o cargo de vice-presidente, a pedido do Xá Reza Pahlavi. Desse modo, observa-se que além das disputas sobre as vias de navegação e questões territoriais, os antecedentes da eclosão para a guerra estavam sementeadas até mesmo no plano pessoal, com a animosidade que os governantes dos dois países nutriam (BRITO, 2014, p.84). Ademais, em abril de 1980, o governo de Saddam Hussein executou brutalmente o aiatolá iraquiano xiita Muhammad Baqir al-Sadr, líder do movimento al-Da'wa (Partido do Apelo Islâmico), que atraía muitos ex-membros do Partido Comunista Iraquiano e simpatizantes do movimento comunista em geral, além de sua irmã, Amina al-Sadr. Ambos foram acusados de serem os responsáveis por um suposto atentado contra o político e ministro cristão Tariq Aziz⁶. Essa ação gerou uma profunda indignação e choque entre a oprimida população xiita iraquiana, resultando em uma forte reação do clero xiita (GALBRAITH, 2007, p.84; DEMANT, 2022, p.244; FERRO, 2008, p.134).

Por outro lado, o Aiatolá Khomeini reconhecia na Guerra uma oportunidade não apenas para defender a recém-estabelecida República Islâmica do Irã, cuja ideologia incluía a exportação do movimento, mas também para expandir e promover uma Revolução Islâmica entre os xiitas do Iraque. Khomeini almejava depor Saddam e o regime do Partido Baath, que havia cometido atos de violência contra a população xiita, como demonstrado pelo massacre de janeiro de 1970, que configurou uma verdadeira limpeza étnica no sul do Iraque, com a deportação de sobreviventes iraquianos xiitas de origem persa e a morte do clérigo al-Sadr (FERRO, 2008; DEMANT, 2022; WOODS *et al*, 2009).

Ambos buscavam desestabilizar um ao outro por meio de

4 Aiatolá Khomeini (1902-1989) foi um clérigo xiita e político iraniano. De acordo com Demant (2022, p.229) o maior idealizador e teórico da Revolução Iraniana, bem como seu principal estrategista e líder revolucionário.

5 Apesar de estar localizada no território iraquiano, Najaf é uma das cidades sagradas do xiismo e sua emergência enquanto centro teológico só data dos últimos séculos (DEMANT, 2022, p.243).

6 Em árabe, تاريق عزيز, logo ao traduzir e transliterar para o Português pode ser escrito tanto como Tarek Aziz quanto Tariq Aziz

campanhas de subversão e tentativas de desestabilização mútua. O Iraque, por exemplo, apoiava as aspirações separatistas dos árabes iranianos na província vizinha do Khuzistão. Por outro lado, o Irã incentivava os movimentos rebeldes dos curdos no norte do Iraque, mesmo enfrentando desafios semelhantes com a comunidade curda em seu próprio território. Além disso, Saddam Hussein priorizava a manutenção de seu poder e a segurança de seu regime, ou seja, preocupava-se com a autopreservação do regime e a proteção de seu mandato em detrimento das demandas populares. Embora, em termos quantitativos, a maioria da população iraquiana fosse xiita, o governo era composto, predominantemente, por pessoas de orientação sunita, por mais que o Partido Baath, em suas origens, se fundamentasse no secularismo⁷. Somado a isto, com a instalação de uma Teocracia Xiita no Irã e a possibilidade de expansão do movimento, Saddam reconheceu a urgência de conter a expansão do mesmo, pois sua própria administração se via ameaçada (FERRO, 2008; DEMANT, 2022).

Em outras palavras, com base nas variáveis apresentadas, havia um temor significativo de que a Revolução Islâmica se espalhasse para o Iraque e desestabilizasse o mundo árabe. Esse receio levou Saddam, convencido de ser “um novo Nasser”, a iniciar uma guerra contra o Irã, reacendendo o antigo antagonismo com os persas. Dentro desta dinâmica, outro elemento utilizado neste cálculo político deve-se ao fato de que Saddam Hussein almejava uma vitória árabe sobre os persas, impulsionado não apenas pelas hostilidades históricas, mas também pela busca de legitimidade e pela consolidação de sua posição como líder do pan-arabismo, do qual se considerava um defensor. Ele acredita ser o “salvador do mundo árabe” contra o expansionismo revolucionário xiita e com este conflito exacerbava em termos de narrativa e retórica as rivalidades sectárias existentes (FERRO, 2008; WOODS et al, 2009). Assim, o governo iraquiano que tanto temia que a propagação da Revolução Islâmica no Irã pudesse resultar em sua destituição, trazendo o país de volta a uma espiral de constantes mudanças de poder, declarou guerra ao vizinho (WOODS et al, 2009; GALBRAITH, 2007; FERRO, 2008).

No meio desse contexto complexo, como apontado anteriormente, do ponto de vista dos EUA, foi formalizada a Doutrina Carter, apresentada

7 Segundo Tarek Aziz ao se referir ao Iraque e ao Partido Baath é melhor utilizar a palavra secular em vez de laico, pois esta contém uma ideia militante, antirreligiosa, que não descreve de forma alguma o caso do Iraque onde cada pessoa é livre para escolher a sua religião (DENAUD, 2003, p.32-33).

pelo presidente Jimmy Carter em seu discurso anual “The State of the Union” em 23 de janeiro de 1980, com significativa contribuição de seu Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski. Nesse pronunciamento, Carter manifestou preocupações sobre a Revolução Iraniana, mencionou o sequestro de diplomatas americanos no Irã e destacou a agressão soviética no Afeganistão.

Os anos 1980 nasceram em meio a turbulências, conflitos e mudanças. Este é um momento de desafio aos nossos interesses e valores e é um momento que testa nossa sabedoria e nossas habilidades. Neste momento, no Irã, 50 americanos ainda são mantidos em cativeiro, vítimas inocentes do terrorismo e da anarquia. Também neste momento, tropas soviéticas massivas estão tentando subjugar o povo ferozmente independente e profundamente religioso do Afeganistão. Esses dois atos – um de terrorismo internacional e outro de agressão militar – representam um sério desafio para os Estados Unidos da América e, na verdade, para todas as nações do mundo. Juntos, enfrentaremos essas ameaças à paz. [...] A região que agora está ameaçada pelas tropas soviéticas no Afeganistão é de grande importância estratégica: contém mais de dois terços do petróleo exportável do mundo. O esforço soviético para dominar o Afeganistão trouxe as forças militares soviéticas a cerca de 300 milhas do Oceano Índico e perto do Estreito de Ormuz, uma via navegável pela qual a maior parte do petróleo mundial deve fluir. A União Soviética está agora tentando consolidar uma posição estratégica, portanto, que representa uma grave ameaça para a livre circulação do petróleo do Oriente Médio. [...] Qualquer tentativa de uma força externa de obter o controle da região do Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais

dos Estados Unidos da América, e esse ataque será repellido por todos os meios necessários, inclusive a força militar. (STATE OF UNION, 1980, p.1)

Em um contexto crítico marcado pela Revolução Iraniana, aumento das instabilidades e volatilidades locais e pela perda de um de seus principais aliados, a Doutrina Carter—frequentemente chamada de ‘Doutrina Monroe do Golfo Pérsico’—foi formulada como resposta a esses desafios duplos, ao mesmo tempo em que tornava mais explícita a presença dos EUA na região (BADIE, 2011, p. 211). O temor predominante era que, com a Revolução Iraniana, sua expansão e consolidação, o acesso ao petróleo e às reservas estratégicas da região fosse comprometido, o que dificultaria os interesses dos Estados Unidos. Adicionalmente, vale ressaltar que, até aquele momento, as relações diplomáticas entre os EUA e o Iraque estavam rompidas, sendo restabelecidas apenas em 1984 (TARIQ, 2003). Em um contexto ainda marcado pela Guerra Fria, os Estados Unidos haviam perdido o Irã, seu antigo aliado, e enfrentavam a crescente proximidade da União Soviética, que acabara de invadir o Afeganistão, com implicações diretas para a estabilidade do Golfo Pérsico (AHARI, 1989).

Assim, a Doutrina Carter legitimou a possibilidade de intervenção militar direta dos EUA diante de ameaças soviéticas ou de outros países que pudessem comprometer o controle do petróleo na região, ressaltando a importância vital desse recurso para os seus interesses, alinhados ao cenário de tensões regionais. Além disso, ela expôs publicamente e claramente os interesses estratégicos, econômicos e militares dos EUA no Golfo Pérsico, enfatizando sua dependência do petróleo local. Nesse contexto, a eclosão da guerra Irã-Iraque, em setembro de 1980, trouxe um novo dilema para os Estados Unidos. Essa situação exigiu uma reavaliação das estratégias de segurança e defesa dos EUA na região, evidenciando a complexidade do cenário geopolítico em evolução (FUSER, 2006, 2013).

Guerra Irã-Iraque

Em meio a estas crescentes tensões e variáveis supracitadas, em 22 de setembro de 1980, o Iraque lançou um ataque surpresa ao território iraniano em oito pontos da fronteira, incluindo instalações militares e

bases aéreas no interior do país. O confronto, inicialmente percebido por ambos os lados como uma guerra rápida, se prolongou por oito anos, impactando, significativamente, a produção de petróleo em uma época em que o mundo acabara de sair de uma década marcada por dificuldades, devido ao Choque do Petróleo e a elevação desta commodity como arma política (POLLACK, 2004).

Essa guerra também se caracterizou como uma “guerra fria” na região: o Irã, até então um bastião dos Estados Unidos, possuía armamentos e Forças Armadas equipadas com base na parceria com Washington, a qual foi rompida na Revolução. Em contrapartida, o Iraque contava com suas Forças Armadas equipadas pela União Soviética, mas, no contexto do novo reequilíbrio regional, também recebeu apoio e uma maior presença dos Estados Unidos, com os quais reataram relações diplomáticas em 1984⁸ (TARIQ, 2003; PADOVAN, 2010).

Entretanto, mesmo com toda essa conjuntura, o que se destacou foi o apoio ocidental ao Iraque de Saddam Hussein, que soube aproveitar e compreender a conjuntura reinante. De acordo com um relatório do Instituto de Estudos Estratégicos do *US War College*, o movimento revolucionário de Khomeini representava um anátema tanto para Bagdá quanto para Washington, uma vez que ambos desejavam se livrar do aiatolá. Nesse sentido, os EUA passaram a apoiar o Iraque, que se estabelecia como um bastião na luta contra a Revolução Iraniana na região, colaborando, ativamente, para alcançar esse objetivo comum (PADOVAN, 2010, p.48). Embora Washington achasse Saddam Hussein um líder radical, entendia que ele poderia auxiliar no estabelecimento de equilíbrio na região e conter o avanço da Revolução Iraniana, apesar de certa proximidade e simpatia com Moscou (BANDEIRA, 2015, p.220).

Ao longo da década de 80, o Iraque consolidou-se como um importante parceiro comercial dos Estados Unidos, sendo essencial destacar que o comércio de armas desempenhou um papel central nessa relação. Durante esse período, os gastos militares do Iraque totalizaram US\$ 180 bilhões, dos quais US\$ 80 bilhões foram destinados à importação de armamentos, incluindo US\$ 10 bilhões exclusivamente para programas de armas de destruição em massa (PADOVAN, 2010, p. 46-47). Contudo, os Estados Unidos, apesar de favorecer Bagdá, também ofereciam certo

8 As relações diplomáticas entre o Iraque e os Estados Unidos haviam sido suspensas em 1967 em decorrência das consequências e resultados da guerra árabe-israelense daquele mesmo ano.

respaldo a Teerã. A lógica por trás dessa manobra era evitar que um Irã revolucionário se tornasse forte, assim como impedir que o Iraque crescesse excessivamente como potência regional. Essa ação reforça a ideia de que Washington não tem amigos, e sim interesses, uma dinâmica que se tornaria ainda mais evidente futuramente com o discurso anti-Saddam. Em síntese, essa estratégia, conhecida como política de “dupla contenção”, era atraente para os Estados Unidos, que não desejavam que nenhum dos dois Estados do Oriente Médio se tornasse hegemônico, exercendo controle sobre o petróleo local. Em síntese, a posição dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais era ambígua, sintetizada na frase de Henry Kissinger: “pena que não pode haver dois vencedores nem dois perdedores” (PADOVAN, 2010, p. 48).

Sobre o conflito em si, Saddam Hussein acreditava que, ao lançar um ataque surpresa contra o território iraniano, o regime dos aiatolás, recém-estabelecido após a Revolução Islâmica, colapsaria facilmente. Seu intuito era uma vitória rápida, com a captura de quatro cidades estratégicas iranianas: Khorramshahr, Abadan, Ahvaz e Dezful. No entanto, essa previsão mostrou-se equivocada, pois a guerra, longe de ser fácil e rápida, se prolongou por anos. Para fortalecer seu regime e garantir apoio interno, o Partido Baath, liderado por Saddam, criou uma milícia popular de caráter ideológico. Essa força paralela, que já vinha sendo desenvolvida antes do conflito, desempenhou um papel importante na sustentação do regime iraquiano durante os primeiros anos da guerra (BRITO, 2014; GALBRAITH, 2007).

Saddam estimava que o conflito duraria, no máximo, oito semanas. Sua confiança se baseava na percepção de que o Irã, recém-saído da Revolução Islâmica e mergulhado em instabilidade doméstica, estaria enfraquecido e desorganizado. O ataque iraquiano foi, de fato, uma surpresa, pegando os iranianos despreparados. No entanto, a resposta iraniana foi rápida, com uma resistência feroz, o que demonstrou que, apesar de suas dificuldades internas, o Irã não estava disposto a ceder facilmente (WOODS et al, 2009).

O planejamento militar iraquiano revelou-se extremamente falho. Não havia uma estratégia clara ou uma coordenação eficaz entre os objetivos operacionais e as táticas empregadas. Tanto o Iraque quanto o Irã tinham pouco entendimento da natureza do conflito que estavam travando, focando mais em lealdade, bravura e coragem do que em organização militar, treinamento e disciplina. O foco estava mais no

espírito e na moral dos soldados do que no desenvolvimento de uma força armada organizada e eficaz. Ambos os lados demonstraram uma visão míope, subestimando a complexidade do confronto e as dificuldades envolvidas. Essa falta de preparação levou a uma série de erros de cálculo, no lado iraquiano, exacerbados pela interferência direta de Saddam nas operações militares, evidenciando sua compreensão limitada dos assuntos militares (WOODS *et al*, 2009).

Já o Irã, liderado pelo aiatolá Khomeini, respondeu à invasão mobilizando a população, especialmente com a criação do chamado “Exército de Vinte Milhões”, composto por jovens com escasso treinamento militar, mas movidos por questões ideológicas como os ideais revolucionários que regiam o país nestas últimas semanas (BRITO, 2014, p.87). Neste ensejo, destaca-se a criação do *Badr Corps*, também conhecidos como Brigada Badr, composto, em grande parte, por xiitas iraquianos que haviam fugido para o Irã após serem perseguidos pelo regime de Saddam Hussein, e que com o apoio do Irã que forneceu armas, treinamento e apoio a esses dissidentes, tinham como objetivo de desestabilizar o governo iraquiano (POLLACK, 2004, p. 247). O Corpo Badr lutou contra o regime de Saddam ao lado das forças iranianas durante a Guerra Irã-Iraque, e mais tarde participou da insurreição xiita no sul do Iraque em 1991. No entanto, Saddam Hussein conseguiu reprimir essas revoltas de forma brutal.

Ainda sobre a Guerra Irã-Iraque, apesar da desvantagem inicial, essa tropa improvisada conseguiu conter o avanço iraquiano e o conflito que se iniciou móvel e rápida, logo se transformou em um conflito de trincheiras, levando ambos os países a uma exaustão total de recursos (COGGIOLA, 2008, p.106). Khomeini via a guerra como uma oportunidade não só de defender e consolidar a República Islâmica, mas também de espalhar a revolução xiita para o Iraque e derrotar seus inimigos políticos. Essa interpretação apaixonada do conflito reforçou o desejo do Irã de prolongar a guerra, resistindo às tentativas de Saddam, ao longo dos anos, de encerrar o confronto (LITTLE, 2008).

Enquanto isso, assim como a iraniana, a campanha militar iraquiana continuava mal planejada e executada, sem uma liderança estratégica clara e sem o apoio de uma estrutura militar robusta. Apesar de que em resposta à crescente pressão iraniana, o Iraque iniciou, em 1982, uma mobilização em massa e criou a Guarda Republicana para fortalecer suas forças. Em 1984, o uso de armas químicas e biológicas se tornou uma

parte importante da estratégia iraquiana, e sem maiores condenações ou falas da comunidade internacional (WOODS et al, 2009).

Em várias ofensivas, o Iraque empregou gases letais como sarin e gás mostarda, que atacam o sistema nervoso e causam ferimentos terríveis nas vítimas. Essas armas foram usadas tanto contra as forças iranianas quanto contra a população curda no norte do Iraque, que se rebelou no meio do conflito. A partir de novembro de 1983, o uso desses agentes químicos intensificou-se, mas a comunidade internacional, em grande parte, permaneceu em silêncio, sem tomar medidas efetivas para condenar ou impedir tais atrocidades. Mesmo com a Resolução 582 do CSNU condenando o uso de armas químicas e biológicas, em termos práticos, nada ocorreu. O que ressalta o caráter brutal do conflito e a complexidade das alianças políticas da época, com potências evitando intervir diretamente devido a seus próprios interesses geopolíticos na região, bem como o papel dúbio dos Estados Unidos (WOODS et al, 2009).

Para além dos impactos na indústria petrolífera, que já havia sido severamente afetada pela Segunda Crise do Petróleo, resultado da combinação da Revolução Islâmica e da Guerra Irã-Iraque, o conflito trouxe consequências diretas para as exportações de petróleo do Iraque. Nos primeiros dias da guerra, o Irã fechou as rotas de exportação iraquianas pelo Golfo Pérsico, danificando a instalação de carregamento offshore em Faw, um ponto vital para o transporte de petróleo. Já no final do conflito, em 1987, a Guarda Revolucionária do Irã (IRGC) conseguiu ocupar a península de Faw, por onde o Iraque havia exportado petróleo antes da guerra. Diante dessa perda estratégica, o Iraque recorreu ao Kuwait como rota alternativa, o que evidencia tanto as questões históricas entre os dois Estados quanto a vulnerabilidade do Iraque devido à sua limitada saída para o mar, resultado do desenho de suas fronteiras. Assim, o Irã começou a atacar embarcações do Kuwait, em uma tentativa de bloquear o acesso iraquiano ao mar (BRITO, 2014; GALBRAITH, 2007; RAZOUX, 2015).

Aspectos navais do conflito

Nos anos finais do conflito, em 1987 e 1988, a guerra se expandiu para as águas do Golfo Pérsico com a chamada “Guerra dos Navios-Tanque”, também conhecida como Operação *Earnest Will*. O Irã, em um esforço para bloquear as exportações de petróleo do Iraque, atacou embarcações e portos, incluindo os do Kuwait, que haviam sido utilizados pelo governo

de Bagdá. Em resposta, os Estados Unidos intervieram, reabastecendo petroleiros e oferecendo escoltas para proteger o tráfego comercial. No aspecto naval, esta operação envolveu a escolta de navios mercantes por forças navais dos EUA, incluindo destroieres e porta-aviões, para proteger embarcações de bandeira americana e de aliados contra ataques iranianos. Ela também incluiu a neutralização de minas marítimas e a realização de patrulhas para garantir a segurança das rotas de navegação. Assim, Washington buscava proteger seus interesses econômicos e energéticos, além de garantir a liberdade de navegação na região, uma vez que o petróleo do Golfo era crucial para toda a economia global (RAZOUX, 2015; TUCKER, 2010).

Em outras palavras, a dinâmica adotada na operação foi clara: os EUA, por meio da Marinha, passaram a escoltar embarcações comerciais, principalmente petroleiros, protegendo-os contra ataques de mísseis, minas ou embarcações hostis. Ao garantir a segurança do tráfego marítimo, os EUA não apenas asseguraram a continuidade do comércio de petróleo, mas também reafirmaram sua presença e autoridade no Golfo Pérsico, mantendo um controle estratégico sobre as rotas marítimas essenciais. O uso de embarcações comerciais armadas sob a escolta americana foi uma inovação tática, permitindo que os EUA protegessem eficazmente os interesses econômicos globais sem recorrer a uma intervenção militar direta.

Esta ação naval dos Estados Unidos no Golfo, que foi uma resposta aos ataques iranianos a petroleiros, visava por meio da implementação de escoltas navais e ações de combate proteger navios mercantes, garantir a liberdade de navegação na região e assegurar a segurança das rotas de transporte de petróleo. Sendo assim, a aplicação da Doutrina Carter que diz respeito que ameaças ao livre acesso petrolífero regional seria a resposta dos Estados Unidos, em um claro aceno à relevância que esta commodity tem para Washington, além do mais, destacando sua importância após um período crítico que foram os Choques do Petróleo. Ademais, toda esta construção e ação ajudou a confirmar a presença militar estadunidense no Golfo Pérsico, especialmente, após a perda do Irã como aliado, influenciando a dinâmica geopolítica da área. Além disso, os EUA conduziram ataques a alvos iranianos, como plataformas de petróleo e embarcações, para desestimular ações hostis. A operação também envolveu a coleta de inteligência e a realização de exercícios conjuntos com aliados na região (RAZOUX, 2015; HALLIDAY, 2005).

A principal preocupação era defender as fontes petrolíferas, como visto na Doutrina Carter de 1980, que fora pela primeira vez aplicada. Mas, já em 1986, havia toda uma preparação militar pronta, com a construção de bases aéreas, além do desenvolvimento da 5ª frota, que permitiam aos Estados Unidos terem uma maior capacidade de intervenção na região. De acordo com Little (2008, p.252): “durante o final de 1987 e início de 1988, o Pentágono dobrou a presença naval dos EUA no Golfo Pérsico de seis para treze navios de guerra e autorizou quase 100 missões de escolta sob os auspícios de *Earnest Will*”.

A relação entre Segurança Marítima e Geopolítica ganha uma dimensão estratégica importante neste momento ao refletir como as questões de segurança no comércio marítimo energético se entrelaçam com as dinâmicas de poder internacional e interesses geopolíticos. Como visto, a operação teve como principal objetivo proteger as rotas de navegação no Golfo Pérsico, região vital para o transporte de petróleo, um dos recursos mais estratégicos para a economia global, e garantir que os interesses dos EUA e seus aliados na região não fossem comprometidos. Além do mais, o Golfo Pérsico, com seu acesso crucial ao Estreito de Ormuz, é uma das rotas de transporte de petróleo mais importantes do mundo, o que torna sua segurança um interesse prioritário para potências globais, como os Estados Unidos (TUCKER, 2010).

Em resumo, a necessidade de garantir a continuidade do fluxo de petróleo e proteger os aliados da região era urgente para os EUA, que estavam comprometidos com a preservação da estabilidade no Golfo Pérsico. Ao mesmo tempo, a operação refletia a doutrina geopolítica americana de assegurar a segurança das rotas de comércio marítimo e a defesa dos interesses energéticos globais, se posicionando como uma medida preventiva para evitar o fortalecimento da influência iraniana na região. Em última análise, a *Operação Earnest Will* exemplifica a convergência entre a Segurança Marítima e a Geopolítica, onde a proteção das rotas comerciais não se limita a um problema de segurança, mas envolve também uma disputa de poder, influência e controle sobre recursos essenciais. Ao mesmo tempo, ela refletiu a mudança na política externa dos EUA, que, ao enfrentar um cenário de incertezas e desafios regionais, adotou uma postura mais assertiva na defesa de seus interesses econômicos e geopolíticos (RAZOUX, 2015; TUCKER, 2010).

Além disso, o núcleo duro da Doutrina Carter, aborda que o petróleo da região do Golfo Pérsico passa a ser de interesse vital dos Estados

Unidos, e que será defendido de ameaças externas, caso necessário, até mesmo pelo uso da força militar, é mantido claramente tanto na Diretriz de Segurança Nacional n.26, emitida pelo Bush em outubro de 1989, quanto na Diretriz de Segurança Nacional n.45, emitida como resposta após a invasão do Iraque ao Kuwait em 1990. Desse modo, conclui-se que houve uma busca, retorno à Doutrina Carter para legitimar ambas invasões e guerras e as ações dos Estados Unidos na região. Dentro desta análise, Bandeira (2015, p.222) argumenta que: O CENTCOM J-2 (United States Central Command), responsável por todas as atividades militares na região que se estendia entre o Egito, o Quênia e o Paquistão, previu, em 1989, que o Iraque, após a guerra contra o Irã e o declínio da União Soviética, constituiria, provavelmente, a próxima ameaça para os interesses americanos no Oriente Médio, sobretudo por causa do desenvolvimento de sua capacidade militar. Em síntese, retomando e reforçando tudo que fora mencionado anteriormente, a respeito desta dinâmica, Little (2008, p.253) apresenta que: “em janeiro de 1989, uma equipe de transição do Departamento de Estado havia sugerido que “as lições da guerra [com o Irã] podem ter mudado o Iraque de um estado radical desafiando o sistema para um estado mais responsável, status quo, trabalhando dentro do sistema e promovendo a estabilidade na região”. Essas ideias foram traduzidas em termos políticos e de diretrizes, com a mesma ideia do texto de Carter, nove meses depois, quando Bush assinou a Diretriz de Segurança Nacional 26 (NSD-26), chamada de “A Política dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico”, em 2 de outubro. Quase despercebido na época, o NSD-26 instruiu os formuladores de políticas dos Estados Unidos a criar incentivos econômicos e políticos para que o Iraque moderasse seu comportamento e aumentasse a influência estadunidense no país.

Outro ponto é que as Resoluções 540 (1983), 582 (1986) e 598 (1987) do CSNU abordaram a guerra entre Irã e Iraque, destacando a preocupação com a escalada do conflito, as graves perdas humanas e os danos materiais causados. Ao longo das três resoluções, a ONU buscou mediar o conflito e exortar todas as partes envolvidas a evitar ações que pudessem agravar a situação. No entanto, nenhuma dessas resoluções foi capaz de efetivamente cessar o conflito. Embora expressassem preocupações e condenações, as medidas propostas nas Resoluções 540 e 582 não foram suficientes para interromper a guerra. A Resolução 598 por mais que trabalhe com o cessar-fogo, encontrou os atores já esgotados após anos de combate e devastação. A essa altura, ambos os lados estavam enfraquecidos, e o cessar-fogo tornou-

se uma opção viável devido ao desgaste generalizado, mais do que pela pressão internacional. Esse conflito destruiu as economias dos dois países, minou qualquer esperança de expansão regional e, por fim, deixou uma marca duradoura no equilíbrio de poder no Oriente Médio, culminando em um cessar-fogo em 1988, sem ganhos territoriais significativos para nenhum dos lados. Em resumo, a Guerra Irã-Iraque terminou oficialmente em agosto de 1988 com a aceitação da Resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU, que pedia um cessar-fogo.

Guerra do Golfo (1990-91)

A Guerra Irã-Iraque (1980–1988) representou um marco na reconfiguração das dinâmicas estratégicas no Oriente Médio, resultando em um impasse militar e político, sem ganhos territoriais expressivos para nenhum dos lados. Embora tanto Teerã quanto Bagdá tenham declarado vitória, o desfecho do conflito traduziu-se, na prática, em um empate tático, operacional e estratégico. Para Saddam Hussein, o impacto foi particularmente devastador: o Iraque, que no início da década de 1980 figurava entre as nações mais prósperas da região, emergiu da guerra profundamente endividado, com sua infraestrutura comprometida e sem perspectivas econômicas de curto prazo (PADOVAN, 2010).

Nesse contexto, Saddam passou a pressionar os países árabes vizinhos, especialmente os Estados do Golfo, por apoio financeiro. Sua principal justificativa era de que o Iraque havia assumido o papel de “barreira de contenção” contra a ameaça revolucionária do Irã xiita, e, portanto, merecia compensações por ter preservado a estabilidade regional. Com dívidas acumuladas em torno de US\$100 bilhões, o regime iraquiano esperava não apenas o perdão desses débitos, mas também ações coordenadas para elevar o preço do barril de petróleo a US\$25 — medida essencial para sua recuperação econômica (LEFFLER, 2023; LITTLE, 2008).

Contudo, essa estratégia fracassou. Os líderes das monarquias petrolíferas tinham o receio de que uma revitalização econômica do Iraque resultasse em uma política externa ainda mais enérgica, com ambições expansionistas que ameaçassem a frágil ordem geopolítica regional. Além disso, a narrativa iraquiana de “protetor do mundo árabe” já não encontrava a mesma receptividade: a Revolução Iraniana, embora ainda influente, estava contida em suas fronteiras e não representava mais um risco imediato (LITTLE, 2008).

Diante do isolamento político e do colapso econômico interno, Saddam passou a enxergar no Kuwait não apenas um obstáculo, mas uma solução para os problemas do Iraque. O Estado possuía vastas reservas de petróleo e sua produção excedente pressionava os preços para baixo, agravando ainda mais a crise iraquiana. Além disso, havia alegações de que o Kuwait explorava ilegalmente reservas petrolíferas na fronteira com o Iraque — discurso que passou a ser instrumentalizado pelo regime como justificativa para uma possível ação militar (TRIPP, 2007; BRITO, 2014; PADOVAN, 2010).

A decisão de invadir o Kuwait, em agosto de 1990, foi construída com base em interesses econômicos, rivalidades históricas e uma leitura míope da conjuntura internacional. Ao anexar o Kuwait, Saddam pretendia consolidar o Iraque como uma potência energética e regional, ampliando seu peso dentro da OPEP e fortalecendo sua posição geopolítica no Golfo Pérsico. Tratava-se, portanto, de uma manobra que extrapolava o expansionismo territorial: era uma tentativa deliberada de alterar o equilíbrio de poder regional e recolocar o Iraque como ator central na política árabe (BRITO, 2014).

Todavia, o cálculo de Saddam revelou-se equivocado. A ocupação do Kuwait foi interpretada por Washington como uma ameaça direta à segurança da Arábia Saudita e ao livre acesso ocidental às reservas de petróleo do Golfo. A possibilidade de que o Iraque avançasse sobre território saudita levou à mobilização de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos, com o objetivo de conter a expansão iraquiana e restaurar a soberania do Kuwait (PADOVAN, 2010).

A partir de 1989, com a ascensão do General Norman Schwarzkopf ao comando do CENTCOM, a percepção dos Estados Unidos em relação ao Iraque começou a se transformar. A revisão do OPLAN 1002-90, originalmente elaborado para enfrentar uma possível invasão soviética ao Irã, passou a focar na ameaça representada pelo Iraque. O país, agora uma potência militar regional em ascensão, tornava-se uma preocupação crescente para os interesses estratégicos dos EUA, principalmente devido ao seu controle sobre recursos vitais de petróleo. A crescente capacidade militar de Saddam Hussein, somada à sua política externa enérgica, fez do Iraque um elemento desestabilizador para a segurança regional (TUCKER, 2010).

A Diretriz de Segurança Nacional nº 26 (NSD-26), assinada em 1989 pelo presidente George H. W. Bush, marcou uma mudança

significativa na abordagem dos EUA em relação ao Golfo Pérsico. Ao contrário da Doutrina Carter, que priorizava ameaças externas, a NSD-26 passou a identificar potências regionais como o Iraque e o Irã como os maiores riscos à segurança nacional dos Estados Unidos. Embora os EUA ainda buscassem influenciar o regime de Saddam Hussein por meio de incentivos econômicos e políticos, o comportamento cada vez mais imprevisível do governo iraquiano alimentava o temor de uma possível agressão e expansão de sua influência na região.

Quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait em 2 de Agosto de 1990, a resposta dos EUA foi imediata, refletindo a continuidade da política de defesa do Golfo estabelecida pela Doutrina Carter. A invasão do Kuwait foi vista não apenas como uma violação da soberania de um Estado soberano, mas também como uma ameaça direta à estabilidade da região e ao fluxo de petróleo, que era de interesse crítico para os Estados Unidos e seus aliados. A reação à invasão foi guiada por um conjunto de princípios que estavam profundamente enraizados na política externa dos EUA desde os tempos da Guerra Fria, e que haviam sido reforçados pela Doutrina Carter que fora aplicada pela primeira vez na Operação Earnest Will (PADOVAN, 2010).

Ao longo da operação, os Estados Unidos mostraram não apenas a força de sua capacidade militar, mas também a importância da articulação de uma política externa multilateral, que buscava envolver aliados e legitimar a ação no cenário internacional, visto terem capitaneado a resposta da Coalizão Internacional sob a égide do CSNU. Por fim, a *Operação Earnest Will* e a Guerra do Golfo estavam, de fato, imbricadas dentro da mesma lógica geopolítica delineada pela Doutrina Carter. Ambas as ações demonstram a disposição de Washington em intervir no Oriente Médio para garantir a segurança das rotas de petróleo e proteger seus aliados da região, refletindo a continuidade das estratégias de contenção de ameaças, tanto externas quanto internas, que vinham sendo elaboradas ao longo das décadas.

III CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Operação Earnest Will*, conduzida nos anos finais da Guerra Irã-Iraque (1987–1988), pode ser interpretada como uma etapa fundamental na construção da preponderância estratégica dos Estados Unidos no Golfo Pérsico e como uma preparação para os desdobramentos geopolíticos que

culminaram na Guerra do Golfo de 1990. Sob uma perspectiva histórica e analítica, a operação revelou-se um marco na política de segurança norte-americana, refletindo a interdependência entre o domínio militar, o controle das rotas energéticas e a consolidação de uma ordem regional favorável aos interesses de Washington.

Ao assegurar a proteção das rotas marítimas e a continuidade do fluxo de petróleo, os Estados Unidos não apenas atenderam às exigências conjunturais impostas pelo conflito Irã-Iraque, mas também reforçaram sua posição estratégica em uma das regiões mais sensíveis ao equilíbrio global de poder. A partir da articulação de capacidades navais, diplomáticas e de alianças regionais, Washington demonstrou sua aptidão para operar como árbitro hegemônico em um cenário marcado por rivalidades interestatais e pela centralidade do petróleo na economia global. Essa experiência prática contribuiu para o fortalecimento de doutrinas e estratégias que seriam decisivas na atuação dos Estados Unidos durante a Guerra do Golfo de 1990.

Em síntese, toda esta conjuntura apresentada evidencia a centralidade do petróleo para o desenvolvimento estratégico dos Estados Unidos, destacando sua função como uma poderosa ferramenta política, ao mesmo tempo em que é suscetível a volatilidades e instabilidades. A dependência dessa commodity impulsionou de maneira significativa as ações dos EUA na região, refletindo diretamente na sua projeção de poder e influência. Nesse contexto, a segurança energética e o controle sobre os fluxos de petróleo se tornaram elementos fundamentais da política externa norte-americana, com impactos profundos na dimensão naval e marítima do Golfo Pérsico, reforçando a necessidade de presença e controle sobre as rotas marítimas essenciais para a estabilidade global.

Portanto, diante da análise empreendida, constata-se que a *Operação Earnest Will* constituiu não apenas uma resposta tática aos ataques iranianos durante os últimos anos da Guerra Irã-Iraque, mas também um movimento estratégico que antecipou e pavimentou o caminho para a atuação norte-americana na Guerra do Golfo de 1990. Ao garantir a segurança das rotas de petróleo e reafirmar a Doutrina Carter, os Estados Unidos consolidaram sua presença militar no Golfo Pérsico e aprofundaram sua influência geopolítica na região, transformando o equilíbrio de poder regional. A partir da combinação do estudo de caso com o método histórico, e sustentado por uma abordagem qualitativa, foi possível observar que a *Operação Earnest Will* representou uma variável

significativa nos desdobramentos que levaram ao conflito de 1990, evidenciando a interconexão entre os dois episódios. Assim, a investigação contribui para ampliar a compreensão sobre os mecanismos de projeção de poder dos EUA, especialmente no que tange à proteção de interesses energéticos e à consolidação da preponderância naval no Oriente Médio, oferecendo subsídios para reflexões mais amplas no campo da Geopolítica, História Militar e, em especial, da História Naval.

Maritime Security and Geopolitics: Operation Earnest Will and the Projection of U.S. Power in the Persian Gulf

ABSTRACT

This study analyzes the naval dimension of the Iran-Iraq War (1980–1988) within the geopolitical context, exploring the intersections between maritime security, energy security, and the strategies of global powers. The central hypothesis suggests that Operation Earnest Will (1987–1988) marked a turning point in consolidating U.S. hegemony in the Persian Gulf, anticipating the strategies later applied during the Gulf War (1990). Through a qualitative approach based on a literature review and document analysis, it concludes that the operation not only ensured the continued flow of oil but also reinforced U.S. power projection in the region. The study highlights how historical, religious, and geopolitical rivalries in the Middle East were instrumentalized by global interests, reaffirming the Persian Gulf's strategic role in energy stability and the dynamics of international power.

Keywords: United States; Iran-Iraq War; Persian Gulf; Operation Earnest Will.

REFERÊNCIAS

AHRARI, M. E. **The Gulf and International Security the 1980s and Beyond**. Nova York: Palgrave Macmillan, 1989.

AL SARHAN, A. S. United States Foreign Policy and the Middle East. **Open Journal of Political Science**, Atlanta, v. 7, n. 4, out./ 2017, p. 454-472. ISSN 2164-0505.

ALVANDI, Roham. Nixon, Kissinger, and the Shah: the origins of Iranian primacy in the Persian Gulf. **Diplomatic History**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 337-372, abr./ 2012. ISSN 1467-7709.

BADIE, Dina. "Doctrinal Cycles and the Dual-Crisis of 1979". **International Studies Perspectives**, Oxford, p. 212-230, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRITO, Bernardo de Azevedo. **Iraque: dos primórdios à procura de um destino**. Trindade: Editora UFSC, 2014.

CARTER, Jimmy. State of the union address 1980. **Jimmy Carter presidential library & museum**, Washington, 23 jan. 1980. Disponível em: <https://www.jimmycarterlibrary.gov/assets/documents/speeches/su80jec.phtml>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CATHERWOOD, Christopher. **A loucura de Churchill: os interesses britânicos e a criação do Iraque moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Unesp, 2008.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1989–1993: George Herbert Walker Bush). **National Security Directive 26: U.S. Policy Toward the Persian Gulf**. College Station, TX: George Bush Presidential Library, 1989. Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/files/nsd/nsd26.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1989–1993: George Herbert Walker Bush). **National Security Directive 45: U.S. Policy in Response to the Iraqi Invasion of Kuwait**. Washington, D.C.: The White House, 1990. Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/files/nsd/nsd45.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FERRO, Marc. **O choque do Islã: século XVII-XXI**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FUSER, Igor. O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, p. 23-37, 2007. ISSN: 2526-3706.

GALBRAITH, Peter W. **The end of Iraq: How american incompetence created a war without end**. New York: Simon and Schuster, 2007.

HALLIDAY, F. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LITTLE, Douglas. **American Orientalism: the United States and the Middle East since 1945**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008.

MICHAELS, Jeffrey H. Dysfunctional doctrines? Eisenhower, Carter and U.S. military intervention in the Middle East. **Political Science Quarterly**, Oxford, v. 126, n. 3, p. 465-492, 2011. ISSN: 1538-165X.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Security

Council. **Resolution 540 (1983)**: adopted by the Security Council at its 2505th meeting, on 31 October 1983. New York: United Nations, 1983. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/61392>. Acesso em: 11 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Security Council. **Resolution 582 (1986)**: adopted by the Security Council at its 2666th meeting, on 24 February 1986. New

York: United Nations, 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/116401>. Acesso em: 11 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Security Council. **Resolution 598 (1987)**: adopted by the Security Council at its 2750th meeting, on 20 July 1987. New York: United Nations, 1987. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/137345>. Acesso em: 11 out. 2024.

PADOVAN, Gisela Maria Figueiredo. **Diplomacia e uso da força: os painéis do Iraque**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

POLLACK, Kenneth M. **The Persian puzzle: the conflict between Iran and America**. Toronto: Random House Trade Paperback Edition, 2004.

RAZOUX, Pierre. **The Iran-Iraq war**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.

SKIDMORE, David. Carter and the Failure of Foreign Policy Reform. **Political Science Quarterly**, Oxford, vol. 108, n. 4, p. 699-729, dez./1993. ISSN: 1538-165X.

TARIQ, Ali. **Bush na Babilônia: a recolonização do Iraque**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TUCKER, Spencer C. **The encyclopedia of Middle East wars: The United States in the Persian Gulf, Afghanistan, and Iraq conflicts [5 volumes]**. ABC-CLIO, 2010.

WOODS, Kevin M. *et al.* **Saddam's war: An Iraqi military perspective of the Iran-Iraq war**. Washington DC: Government Printing

Office, 2009.

*** Recebido em 31 de janeiro de 2025, e aprovado para publicação em 13 de maio de 2025.**